

Marcelo Pereira da Silva  
(Organizador)



# A Influência da Comunicação

**Marcelo Pereira da Silva**

(Organizador)

# A Influência da Comunicação

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
143	<p>A influência da comunicação [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-684-3 DOI 10.22533/at.ed.843190710</p> <p>1. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 2. Jornalismo. I. Silva, Marcelo Pereira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.48</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A sociedade contemporânea se caracteriza pelo avanço de investigações e inquietações em busca – e em torno – da epistemologia da Comunicação, por meio de estudos de diversas áreas: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Marketing, Design, Produção Audiovisual, etc.

Sob o enfoque de campos teórico-metodológico-empíricos que evidenciam a complexidade da Comunicação e sua pluralidade investigativa, este livro coloca na ribalta a influência da Comunicação, tanto a de massa quanto a virtual, considerando-a como instituição social dotada de poder na qual/pela qual transitam discursos, emergentes formas de socialidade, de interatividade, diálogo, negociação, conflito e convivência.

Levamos em conta a onipresença generalizada da Comunicação, haja vista que sua necessidade confunde-se com o ar e faz surgirem diversas pesquisas acerca de seus efeitos e influências, tanto em nível de emissão como de recepção e circulação de sentidos.

Assim, esta obra reúne artigos de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, preocupados com o status da Comunicação e suas influências no contexto de uma sociedade midiaticizada na qual as redes/mídias, sejam de massa, sejam virtuais, ocupam um lugar central na consolidação da democracia, da participação, na ressignificação de práticas de ensino e na construção de um saber que traduza a complexidade do tecido social e responda às aporias do contemporâneo.

Abordamos a Influência da Comunicação por meio de 25 artigos divididos em 3 partes: A primeira engloba discussões a respeito da influência do Jornalismo em suas muitas nuances na sociedade contemporânea; a segunda envolve a influência do ensino, políticas públicas, Comunicação de marcas e participação social; a terceira abarca a influência da Comunicação no contexto das redes/mídias sociais da Internet

Este arcabouço de produções científicas problematiza os influxos do Jornalismo, do ensino e da prática das atividades/profissões da Comunicação e das Redes e Mídias Sociais digitais. Caracterizada pela inter/trans/multidisciplinaridade e proliferação de tecnologias disruptivas, a Comunicação, ontologicamente, tem como propósito fomentar a aproximação dos pontos de vista, produzindo respeito e tolerância; contrariamente, observamos certo alargamento do fetiche da visibilidade e o alastramento da incompreensão do mundo e do Outro.

Necessitamos renovar as condições teóricas, epistemológicas e práticas da Comunicação e do crucial laço social, tão frágil nas sociedades expostas aos fortes ventos da globalização, da midiaticização e do consumismo sem bússola.

(Re)conhecer a essencialidade e a influência da Comunicação para a sociedade, as organizações, os Estados-nação e os sujeitos, tornou-se *conditio sine qua non* para a paz no/do mundo e a redução das desigualdades econômicas, culturais e sociais, admitindo seus desafios e dificuldades, mas abraçando as oportunidades e esperanças que da Comunicação emanam.

Marcelo Pereira da Silva

## SUMÁRIO

<b>PARTE 1: A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b>	
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A MULHER JORNALISTA NO CINEMA AMERICANO	
Beatriz dos Santos Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
RADIOJORNALISMO EM REDE: AS ADAPTAÇÕES DAS RÁDIOS BAND NEWS DIFUSORA E RIO MAR PÓS-MIGRAÇÃO DE AM PARA FM	
Edilene Mafra Mendes de Oliveira	
Gilson Vieira Monteiro	
Manoela Mendes Moura	
Elina Monteiro de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
ANÁLISE DA COBERTURA DE PROBLEMAS AMBIENTAIS PELO JORNAL ONLINE “DIÁRIO DE PERNAMBUCO”	
Natascha Almeida Dantas	
Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
PROXIMIDADE NO TELEJORNALISMO: PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM NAS ESCALAS LOCAL E REGIONAL	
José Tarcísio da Silva Oliveira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
A REVISTA WIRED COMO DISPOSITIVO: ANÁLISE INTERPRETATIVA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISCURSO MIDIÁTICO	
Thalis Macedo Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
“RAZÕES PARA ACREDITAR”: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE DO PORTAL DE BOA NOTÍCIA	
Maria Clara Chagas de Menezes	
Mariana Fontenele Braga de Sena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907106</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
ENTRECRUZAMENTOS DE NARRATIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS: A DESILUSÃO DE HENFIL EM TANGA (1987)	
Márcia Neme Buzalaf	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8431907107</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 87**

DEUS SALVE O REI E O GOVERNO BRASILEIRO: APROXIMAÇÕES ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Evelyn Iris Leite Morales Conde  
Fábio Mamoré Conde

**DOI 10.22533/at.ed.8431907108**

**PARTE 2: A INFLUÊNCIA DO ENSINO, POLÍTICAS PÚBLICAS, COMUNICAÇÃO DE MARCAS E PARTICIPAÇÃO**

**CAPÍTULO 9 ..... 99**

COMUNICAÇÃO DE RISCO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

Michele Amorim Becker  
Sonia Aguiar Lopes

**DOI 10.22533/at.ed.8431907109**

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

COMUNICAÇÃO DE MARCAS TERRITORIAIS: UM MODELO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DE CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES NO E COM O LUGAR

Patrícia Cerqueira Reis

**DOI 10.22533/at.ed.84319071010**

**CAPÍTULO 11 ..... 125**

DIFICULDADES NA APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PUBLICITÁRIOS: UMA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA

Amarinildo Osório de Souza  
Camilla Rosas Gomes  
Jhonatas Lima de Souza  
Melissa Lima Cabral

**DOI 10.22533/at.ed.84319071011**

**CAPÍTULO 12 ..... 141**

EDUCOMUNICAÇÃO, DISCIPLINA OPTATIVA NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFCE – CAMPUS ACARÁU

Amaurícia Lopes Rocha Brandão

**DOI 10.22533/at.ed.84319071012**

**CAPÍTULO 13 ..... 153**

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO PARA UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Ivanilma de Oliveira Gama  
Lidiane dos Santos Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.84319071013**

**CAPÍTULO 14 ..... 160**

MODERNIDADE LÍQUIDA: A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS FRENTE ÀS INCERTEZAS DA PÓS-MODERNIDADE

Gustavo Freitas Pena Vieira  
Rose Mara Vidal de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.84319071014**

**CAPÍTULO 15 ..... 173**

O MERCADO DA BIBLIODIVERSIDADE: UMA BREVE ANÁLISE DA DINÂMICA DE CAPITAIS DAS EDITORAS PATUÁ E LOTE 42

Samara Mirian Coutinho

**DOI 10.22533/at.ed.84319071015**

**CAPÍTULO 16 ..... 185**

PODCAST ANTROPOFÁGICO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PRODUÇÕES SONORAS EM COMUNICAÇÃO

Luan Correia Cunha Santos  
Lisiane Machado Aguiar

**DOI 10.22533/at.ed.84319071016**

**CAPÍTULO 17 ..... 197**

O CINEMA E O DUPLO: ANÁLISE MIMÉTICA DO FILME MARINA

Bárbara dos Santos Oliveira  
Crislene Susane Fernandes Moreira  
Alexandre Bruno Gouveia Costa

**DOI 10.22533/at.ed.84319071017**

**CAPÍTULO 18 ..... 208**

OS FATORES PROJETUAIS DE CRIAÇÃO DA CAPA DO DISCO *CLUBE DA ESQUINA* (1972)

Valéria Nanci de Macêdo Santana

**DOI 10.22533/at.ed.84319071018**

**PARTE 3: A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO E DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET**

**CAPÍTULO 19 ..... 217**

CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS NA CENOGRAFIA “FUI ENGANADO PELA EMPRESA!” – O DISCURSO DO CONSUMIDOR NO SITE DE REDE SOCIAL RECLAME AQUI

Marcelo Pereira da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.84319071019**

**CAPÍTULO 20 ..... 230**

AS POTENCIALIDADES DA REDE SOCIAL NA ALAVANCAGEM DE EVENTOS ACADÊMICOS

Valéria Macedo  
Daniele Dantas  
Rodrigo Duarte Guedes  
Marcos do Couto Bezerra Cavalcanti

**DOI 10.22533/at.ed.84319071020**

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>243</b>
A COBERTURA JORNALÍSTICA DA IMPRENSA EM ÉPOCA DE NOVAS TECNOLOGIAS E ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS	
Aline da Silva Novaes Vitória de Figueiredo Brandão Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84319071021</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>252</b>
EVOcando CARTÕES POSTAIS NO INSTAGRAM: ESTUDO AUTOMATIZADO DE IMAGENS	
Tarcízio Silva Mariana Zanotti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84319071022</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>266</b>
COMO OS BRASILEIROS PERCEBEM O INSTANTÂNEO ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA FOTOGRAFIA DIGITAL	
Beatriz Vieira e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84319071023</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>277</b>
REDES SOCIAIS NA INTERNET E A ECONOMIA ÉTNICA: BREVE ESTUDO SOBRE O AFROEMPREENDEDORISMO NO BRASIL	
Taís Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84319071024</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>290</b>
PERSPECTIVAS FOLKCOMUNICACIONAIS: UM OLHAR SOBRE LAMBADÃO E INTERATIVIDADE	
Aline Wendpap Nunes de Siqueira Joilson Francisco da Conceição	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84319071025</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>302</b>
SEMIÓTICA E MEMÉTICA NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO	
Eduardo Correa de Godoy Maria Clotilde Perez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84319071026</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>314</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>315</b>

## COMUNICAÇÃO DE RISCO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

### **Michele Amorim Becker**

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Comunicação, bolsista Capes-Fapitec-SE

São Cristóvão - Sergipe

### **Sonia Aguiar Lopes**

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Comunicação

São Cristóvão - Sergipe

Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente durante o 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na cidade de Joinville, em 2018. Pesquisa de Pós-doutorado realizada com financiamento do Convênio PPDOC/CAPES/FAPITEC-SE.

**RESUMO:** O artigo objetiva pensar a comunicação de risco como instrumento de ampliação ao acesso à informação e à qualidade da participação de comunidades tradicionais nos processos de tomada de decisão referentes a projetos que envolvam riscos socioambientais no rio São Francisco. Ele será dividido em três momentos: primeiro, tratará dos períodos cronológicos da comunicação de risco, tendo como ênfase seu aspecto social; segundo, discutirá a importância da inclusão efetiva

de comunidades tradicionais nos processos de tomada de decisão; terceiro, apresentará os resultados de pesquisa realizada junto às comunidades tradicionais do rio São Francisco, em Sergipe. Utiliza-se como método a pesquisa participante, pois esta fortalece os debates de cunho socioambiental e estimula processos mais participativos e democráticos nos espaços públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação de Riscos; Participação Social; Comunidades Tradicionais; Meio Ambiente; Rio São Francisco.

### RISK COMMUNICATION AND SOCIAL PARTICIPATION: AN INCLUSIVE PERSPECTIVE OF TRADITIONAL COMMUNITIES IN DECISION-MAKING PROCESSES IN THE SÃO FRANCISCO RIVER

**ABSTRACT:** The article aims to think of risk communication as an instrument to expand access to information and the quality of participation of traditional communities in the decision - making processes related to projects involving social and environmental risks in the. It will be divided into three moments: first, it will deal with the chronological periods of risk communication, with emphasis on its social aspect; second, it will discuss the importance of effectively including traditional communities in decision-making processes; third, will present

the results of the survey carried out with the traditional communities of São Francisco river in Sergipe. Participant research is used as a method, as it strengthens socio-environmental debates and encourages more participatory and democratic processes in public spaces.

**KEYWORDS:** Risk Communication; Social Participation; Traditional Communities; Environment; São Francisco River.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva pensar a comunicação de risco como um instrumento de ampliação do acesso à informação e à qualidade da participação de comunidades tradicionais nos processos decisórios referentes a projetos que envolvam riscos socioambientais no rio São Francisco. Para tanto, o trabalho será dividido em três momentos. Primeiro, tratar-se-á dos períodos cronológicos da comunicação de riscos, tendo como ênfase o atual período, caracterizado por seu aspecto social. Segundo, discutir-se-á a importância da inclusão efetiva de comunidades tradicionais nos processos decisórios, sobretudo, em projetos que apresentem impactos socioambientais e que atinjam direta ou indiretamente tais comunidades. E terceiro, apresentar-se-á os resultados da pesquisa de pós-doutorado realizada junto às comunidades tradicionais do Baixo São Francisco em Sergipe, em especial, a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina.

O trabalho utiliza-se da pesquisa participante por entender que esta metodologia enfatiza o compromisso do pesquisador em relação ao direito que as pessoas têm de pensar, produzir e dirigir os usos de seus saberes para si próprias; fortalece os debates de cunho socioambientais em espaços públicos; demonstra que o conhecimento é resultado da ação de uma coletividade humana sobre o seu ambiente ao longo do tempo; e estimula processos mais participativos e democráticos (SANTOS, 2005).

## 2 | PENSANDO A COMUNICAÇÃO DE RISCO

A Comunicação de Risco é uma área extremamente recente se compararmos a outras áreas da Comunicação, mas que evoluiu muito rapidamente em paralelo ao desenvolvimento de nossa sociedade. A Comunicação de Risco começou a ser discutida por especialistas do risco nos anos de 1970, mas foi somente nos últimos trinta anos que ela se desenvolveu, passando por diversas fases, até se tornar uma área reconhecida e indispensável na Gestão de Riscos (ISO, 2009). Segundo Powell e Leiss (1997) ou ainda Fischhoff (1995), a evolução da Comunicação de Risco é marcada por três principais períodos cronológicos.

O primeiro período (1975 a 1984) representa o momento onde as avaliações quantitativas do risco constituíam a base dos argumentos para uma Gestão de Riscos eficaz. Ações de regulamentação e aspectos relacionados ao público eram avaliados a

partir de bases comparativas entre os fatos e as estimativas do risco. Já a Comunicação de Riscos estava, neste momento histórico, diretamente ligada à ciência e tinha como objetivo recolher os números exatos dos riscos para fornecer tais dados à população de forma objetiva.

A aproximação comunicacional preconizada neste período pode ser caracterizada como do tipo linear, ou seja, as informações que circulam têm como emissor o especialista e como receptor o público. Segundo este modelo, para que a comunicação se estabeleça é suficiente que a população receba uma mensagem clara e com credibilidade para que ela aceite as conclusões da avaliação científica dos riscos e, sobretudo, para que ela adote uma mudança de comportamento perante os riscos informados.

Durante este período, inúmeros cientistas e especialistas trabalharam na definição do risco. No livro *Risco e Cultura*, Douglas e Wildavsky (2012), buscam compreender a drástica mudança nas atitudes em relação à ciência e à sociedade que ocorreu nos anos 1960 e 1970. Os autores questionam conceitos tratados como imperativos no meio científico a respeito de riscos potenciais à saúde e estabelecem uma tipologia da percepção dos riscos, esperando desta forma melhor prever as escolhas e decisões dos indivíduos em função do seu perfil, reagruparam em quatro os tipos de comportamentos humanos: os individualistas, os igualitários, os hierárquicos e os fatalistas.

Por outro lado, Slovic (1986) concluiu que a percepção de risco é quantificável e previsível. Segundo este autor, se adicionarmos dados científicos às medidas psicológicas, obteremos uma grade de reações do público sobre alguns riscos. Finalmente, Covello, McCallum e Pavlova (1987) apresentam uma versão de como deveria ser um bom comunicador de riscos, propondo as famosas regras cardinais. Para eles, o comunicador de riscos deve: 1) aceitar o público como agente colaborador; 2) escutar o público; 3) ser honesto e flexível ao escutar outras opiniões; 4) coordenar e colaborar com outras agências e grupos que têm credibilidade; 5) satisfazer as necessidades dos meios de comunicação; 6) falar com clareza e com empatia, sem paternalismos; 7) planejar com cuidado e avaliar as ações.

Durante este período, a Comunicação de Riscos é apresentada como uma função interna das empresas e específica aos gestores. Seu objetivo é assegurar que os custos relativos aos riscos serão menores às empresas e não, exatamente, o de comunicar os riscos existentes às pessoas possivelmente afetadas por eles. Importante enfatizar ainda que esta fase é considerada por Leiss (1996) como uma fase de concepção técnica da Comunicação de Riscos. Contudo, um dos maiores problemas deste período é a falta de adaptação dos dados científicos para uma linguagem comum. Os especialistas não se deram conta que o vocabulário que eles utilizavam não estava sendo compreendido pelo grande público. Esta incompreensão fez com que o público desenvolvesse um medo face aos riscos e, ainda pior, uma desconfiança em relação às informações que eram transmitidas. Em outras palavras,

a má utilização da informação acabou sendo a causa dos problemas da Comunicação de Riscos neste primeiro momento.

Dois fatores caracterizaram o segundo período (1985 a 1994) da Comunicação de Riscos: a descoberta da importância das características do público e a existência das percepções do público face a situação de risco. Os trabalhos realizados durante este período não buscam demonstrar uma boa Gestão de Riscos pelas organizações, mas a aproximação do diálogo junto ao público.

Passar de um sistema de informação do tipo hierárquico para um sistema de comunicação do tipo igualitário permite o desenvolvimento do diálogo, da confiança e diminui as percepções negativas face aos riscos existentes, bem como junto aqueles responsáveis por geri-los. Este sistema igualitário, que garante a equidade do processo, é definido como um sistema de duas vias, “interativo” (NCR, 1989) que permite a “troca de informações” (LEISS, 1992) e a “participação” (AVEN e RENN, 2010) de todos no processo de decisão. A comunicação é definida como um exercício democrático que visa à “compreensão mútua” e não o “exercício do poder” (CORRIVEAU, 2014).

De acordo com Renn (1998), a Comunicação de Riscos existe para garantir que todos os destinatários da mensagem são capazes de compreender o sentido das mensagens que eles recebem; para persuadir os destinatários dessa mensagem de que eles devem mudar suas atitudes ou comportamentos em função de uma causa particular ou de uma categoria de risco; e para criar as condições de diálogo sobre as questões relativas aos riscos para que todos os envolvidos possam fazer parte do processo de forma competente e democrática na resolução de conflitos.

Necessário enfatizar que a noção de persuasão aparece, neste período, atrelada a uma perspectiva mais democrática, haja vista que a Comunicação de Riscos tem como objetivo explicar ao público as avaliações técnicas dos riscos, mas também de persuadi-lo para uma mudança de atitude sobre os riscos informados. Contudo, o fato de a população solicitar mais acesso à informação faz surgir uma série de questionamentos nos gestores do risco. Suas competências se restringem a gestão e eles não se sentem à vontade para comunicar à população as informações concernentes aos riscos. É a partir deste momento que os gestores começam a desenvolver estratégias de redução de riscos em parceria com os especialistas de comunicação. Assim, a Comunicação de Risco deixa de ser uma ação restritiva às empresas e organizações, passando para uma relação mais aberta e comprometida entre empresa e população.

O período que teve início em 1995 e permanece até os dias atuais caracteriza-se pelo “aspecto social” (LEISS, 1992) que deve ser levado em consideração durante o processo de Comunicação e Gestão de Risco. Com base nos estudos de “amplificação social para a atenuação dos riscos” de Kasperson e Kasperson (1996), os profissionais da comunicação enfatizam em suas ações a ideia de um diálogo aberto e conseguem aumentar a confiança de seus parceiros ao propor um processo de decisão compartilhado.

Outra novidade deste período é o fato de a Gestão de Risco se utilizar dos quadros jurídicos dos governos para favorecer o trabalho de total interação sobre os riscos. Diversos países, sobretudo os mais desenvolvidos, começam a se dar conta da necessidade de incluírem em suas ações de prevenção e redução de desastres a perspectiva da Gestão e da Comunicação de Risco (ONU, 2005; 2015), após tomarem consciência de que certos riscos estão diretamente ligados a outros e, portanto, comunicá-los à sociedade passa a ser uma necessidade se pensarmos numa cultura de prevenção.

Assim, desde 1995, a Comunicação de Risco toma uma nova direção que está diretamente ligada à definição social e compartilhada do risco. Neste sentido, utilizar uma linguagem compreensiva entre cientistas, gestores e a população se torna fundamental. Sobre essa visão compartilhada do risco, Corriveau (2014) escreve que para harmonizar a comunicação interna e externa, para articular uma presença pública responsável e legítima, é preciso manter uma preocupação essencial no que diz respeito ao estabelecimento de um diálogo, definir modalidades de cooperação, estabelecer parcerias entre o conjunto de atores da comunidade e de integrá-los em todas as etapas do processo de Gestão de Riscos.

### 3 | PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA TOMADA DE DECISÃO

É possível pensar um desenvolvimento socioambiental sem levarmos em consideração a participação social? Como os pesquisadores e os agentes de desenvolvimento podem melhorar sua comunicação com as comunidades locais? De que maneira a comunicação pode facilitar a participação comunitária tanto em pesquisas quanto nas iniciativas de desenvolvimento, sobretudo quando se trata da gestão de seus próprios recursos naturais? Essas são algumas questões que nos remetem sempre a pensar a importância da participação social em processos de comunicação.

Conceitualmente, a comunicação participativa distingue a informação da comunicação. Define a informação como um processo unidirecional, orientado predominantemente ao conhecimento e sua transmissão verbal; enquanto a comunicação é entendida como um processo de via dupla, é diálogo, interação, onde a fonte e o receptor são ambos ativos, são interlocutores e atuam em pé de igualdade. O objetivo da comunicação, segundo Santos (2001, p. 258), não é a mera informação ou a dominação pela persuasão, mas “[...] a compreensão recíproca, o enriquecimento mútuo, a comunhão, e, sobretudo, a participação na descoberta e na transformação da realidade”. Por meio do diálogo, a comunicação passa a ser considerada soberana por excelência e a consequência de privilegiar o diálogo como forma de comunicação é que no modelo participativo desaparece a noção de *feedback*, tão caro aos modelos tradicionais da comunicação.

No diálogo a noção de fonte e receptor é substituída pelos “interlocutores”, para

representar que ambos os elementos do processo da comunicação são ao mesmo tempo emissor e receptor e, portanto, se “afetam” mutuamente. Conforme sugere Santos (2001, p. 258), esse é o esquema circular de comunicação, proposto por Juan Díaz Bordenave, que rompe com a polarização dos modelos convencionais, representando a ideia do “significado compartilhado” como base da comunicação dialógica.

De lá para cá, a comunicação participativa tem sido considerada por diversos especialistas como um instrumento de trabalho eficaz que pode facilitar os processos de desenvolvimento comunitário e de pesquisas para o desenvolvimento. Ela visa a facilitar a participação da comunidade em suas próprias iniciativas de desenvolvimento graças à utilização estratégica da comunicação.

A expressão “comunicação participativa” reenvia, não somente para uma simples participação nas atividades descritas por outros interventores, mas, sobretudo, à tomada de decisão sobre as atividades empreendidas e os objetivos fixados por uma comunidade. “Ela se aplica aos grupos comunitários [...] incluindo estes que geralmente não têm acesso à tomada de decisão” (BESSETTE, 2004, p. 2).

No caso de projetos socioambientais, por exemplo, o processo de comunicação deve estar baseado na participação ativa daqueles aos quais o projeto se destina. Sobre isso Bessette (2004, p. 3) enfatiza que tradicionalmente, dentro do contexto de gestão de recursos naturais, assim como em outros domínios, “[...] muitos esforços de comunicação se concentram sobre a difusão de conhecimentos e de conselhos técnicos ou ainda sobre a persuasão que visam mudanças de comportamentos”. Entretanto, o autor acrescenta que “[...] a transferência de informação dos especialistas para as comunidades de base, efetuada segundo uma intervenção de cima para baixo, não dá os resultados esperados”.

A experiência em projetos de desenvolvimento local e de gestão de recursos naturais demonstrou, segundo o autor, que é mais eficaz recorrer às estratégias de comunicação apropriadas que darão às comunidades locais a capacidade de: a) discutir os problemas e as práticas de gestão de recursos naturais; b) analisar os problemas e determinar as necessidades prioritárias; c) conservar e implementar iniciativas de desenvolvimento concretas para remediar os problemas; d) adquirir o conhecimento necessário para implementar as iniciativas; e) avaliar os esforços e planificar as próximas etapas.

Este processo de comunicação reúne os membros da comunidade e os interventores dentro de um diálogo e uma troca de ideias sobre as necessidades, os objetivos e as ações a serem empreendidas para se chegar ao desenvolvimento desejado. Mas, para que a comunicação possa facilitar a participação comunitária é preciso primeiro e, antes de tudo, que os pesquisadores e os agentes de desenvolvimento reforcem em seus trabalhos a capacidade de diálogo e de troca junto às comunidades.

Considerando o Direito à Comunicação como inerente aos cidadãos, percebemos como sua validade tem sido burlada quando tratamos de processos de decisões

que tangem questões socioambientais, visto que não se observa a presença e a representação efetiva de todos os segmentos sociais em suas produções. Dessa forma, é importante que se desenvolvam mecanismos para promover as relações sociais, tendo como foco a participação dos cidadãos em todo o processo comunicacional.

#### **4 | A COMUNICAÇÃO DE RISCO E O RIO SÃO FRANCISCO**

É notória a importância do rio São Francisco para o estado de Sergipe. Suas águas contribuem com a produção de alimentos, irrigam grandes áreas às suas margens, geram energia elétrica, abastecem 36 municípios do estado, inclusive a própria capital Aracaju, bem como fortalecem a cultura e as tradições populares das comunidades ribeirinhas (BECKER e AGUIAR, 2018).

Com a crescente degradação ambiental verificada em toda a extensão da bacia do rio São Francisco, uma discussão antiga volta à tona com ares de urgência: a necessidade de se identificar mecanismos que permitam implementar ações que contribuam para uma efetiva revitalização do rio, sobretudo, no que diz respeito a região do Baixo São Francisco, último trecho do “rio da integração nacional” (ROCHA, 2004) e o mais impactado pelas ações antrópicas realizadas ao longo das últimas décadas (LUCAS e AGUIAR NETTO, 2011).

No caso do estado de Sergipe, iniciativas vêm sendo engendradas tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, no intuito de fortalecer os debates e aprimorar as ações que beneficiem o rio São Francisco e, sobretudo, as comunidades ribeirinhas que vivem e sobrevivem diretamente dele. Contudo, para se pensar um projeto de revitalização participativo, que efetivamente traga resultados satisfatórios, é preciso que as autoridades políticas, junto com a comunidade científica e a sociedade em geral, conheçam a fundo os impactos socioambientais já verificados na região do Baixo São Francisco e os possíveis riscos socioambientais ligados à contínua degradação do rio. Mais do que isso, é fundamental que esses atores sociais enfatizem em suas ações a necessidade do diálogo e da troca de conhecimentos no processo de tomada de decisão.

Neste sentido, a pesquisa pós-doutoral “Comunicação de riscos socioambientais e participação social no Baixo São Francisco em Sergipe”, realizada junto ao Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA), entre 2016 e 2019, visou fortalecer a produção de conhecimentos científicos na referida área ao mesmo tempo em que buscou contribuir com a capacitação tanto de gestores municipais quanto das comunidades tradicionais que habitam às margens do rio São Francisco (Figura 1) para a prática efetiva e participativa da Comunicação de Riscos Socioambientais.

Ao longo desta trajetória de estudo foram realizadas viagens de campo para identificar junto com as comunidades tradicionais quais os principais impactos e riscos socioambientais verificados na região. Dentre os principais impactos percebidos pelas comunidades estão: a salinização da água, o assoreamento do rio, a erosão de suas

margens em função da inexpressiva quantidade de mata ciliar, a rápida invasão do mar na região da foz em decorrência da baixa vazão que o rio vem sendo submetido<sup>1</sup> e a perda da biodiversidade (BECKER, 2016). Atualmente, em decorrência de políticas desenvolvimentistas no Estado que privilegiam a carcinicultura no Baixo São Francisco (BECKER e BECKER, 2019), os ribeirinhos também estão apreensivos com o risco de redução de espécies de peixes e crustáceos, pois a água que abastece os viveiros de camarão retorna para o rio sem nenhum tratamento. Vale ressaltar que tais comunidades são compostas por pescadores e pescadoras artesanais que tiram o seu sustento do Velho Chico.

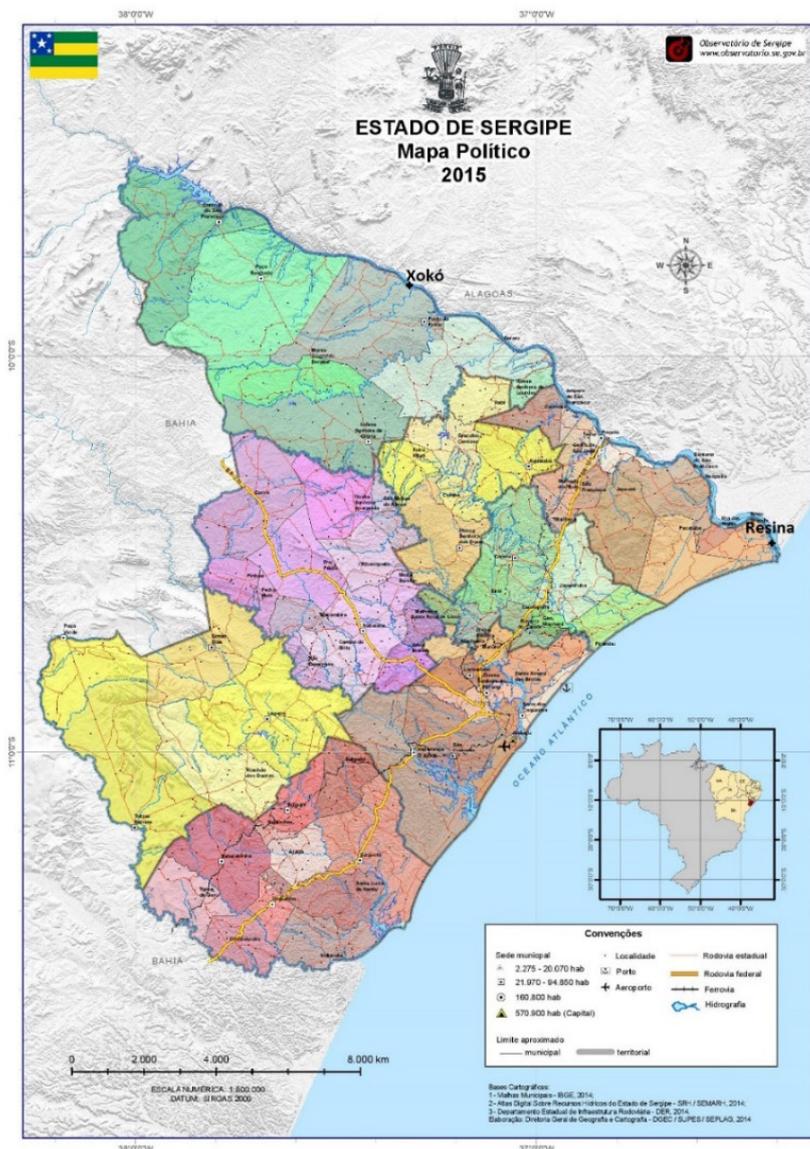


Figura 01 - Mapa político de Sergipe

1 O rio São Francisco vem sofrendo um histórico de reduções da vazão mínima defluente (água que é liberada) dos reservatórios de Sobradinho, na Bahia, e Xingó, localizado entre os estados de Sergipe e Alagoas. Tais informações têm sido divulgadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) ao denunciar que o patamar mínimo legalmente estabelecido e vigente é de 1.300 m<sup>3</sup>/s, porém desde abril de 2013 vem sendo praticada sucessivas reduções pela Agência Nacional de Águas (ANA) em consenso com o setor elétrico representado pelo Ministério das Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A vazão do rio São Francisco já chegou a 550 m<sup>3</sup>/s, tornando o rio inavegável. Atualmente, sua vazão encontra-se em 823 m<sup>3</sup>/s.

No decorrer da pesquisa também foram realizados cursos de capacitação com as comunidades tradicionais envolvidas. Os cursos foram divididos em quatro módulos e contaram com a colaboração dos pesquisadores do LICA. No primeiro módulo tratou-se da “Percepção Ambiental” enquanto no segundo módulo discutiu-se “Território e Comunicação”, ambos deram ênfase as relações estabelecidas entre seus moradores e o ambiente onde vivem. O terceiro módulo introduziu o tema da “Comunicação de risco e participação social”, enquanto o quarto módulo destacou a “Comunicação participativa” e as estratégias de atuação que podem ser utilizadas pelas comunidades para comunicar temas de interesses.

Importante enfatizar que apesar de as comunidades tradicionais acompanhadas disporem de uma precária infraestrutura – na Comunidade Quilombola da Resina, as 52 famílias vivem em casas de taipa, receberam energia elétrica apenas em 2011, mas até o momento não dispõem de água tratada nem encanada, bem como não há escola nem posto de saúde no local – o uso de aparelhos celulares do tipo *smartphones* é crescente nesses ambientes. Em função disso, as capacitações buscaram dar ênfase para o uso das redes sociais, na produção e difusão de conteúdos socioambientais, bem como o uso de *softwares* que ajudam no mapeamento de riscos socioambientais na região. Outra forma encontrada pelos pesquisadores do LICA para estimular a discussão junto às comunidades tem sido por meio do Carranca Cine Socioambiental (Figura 2), uma atividade de extensão que busca exibir filmes e documentários ligados a temática socioambiental. A atividade ocorre no período da noite, logo após o término do curso.

Outros dois aspectos positivos da pesquisa são a parceria estabelecida com gestores públicos e a capacitação de estudantes de jornalismo para a prática da Comunicação de Risco. No primeiro caso, o LICA buscou estreitar os laços de cooperação entre o poder público e a universidade. Ao longo dos últimos três anos, os agentes da Defesa Civil do Estado de Sergipe e da Defesa Civil de Aracaju proferiram conferências em eventos científicos com o intuito de ampliar o debate sobre redução de riscos e desastres e cidades resilientes - a exemplo do 3º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), da Comunicação Ambiental em Debate e do Seminários Temáticos sobre Comunicação de Risco. No segundo caso, os estudantes de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe foram instigados a identificar, analisar, refletir e, posteriormente, produzir conteúdos relacionados ao tema da comunicação para a redução de riscos e desastres. Aulas públicas também foram realizadas nas comunidades tradicionais para que os alunos pudessem conhecer de perto a realidade do rio São Francisco e das comunidades ribeirinhas. Em ambos casos o instituto foi mostrar que a Comunicação de Riscos pode contribuir na mediação de conflitos, pois reduz os ruídos comunicacionais, além de incluir todos os atores

envolvidos no processo de tomada de decisão.



Figura 2 – Exibição do documentário “O veneno está na mesa I”

FONTE: BECKER & AGUIAR, 2018

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o mundo, começa a haver um reconhecimento de que os métodos tradicionais para envolver os cidadãos na tomada de decisão nem sempre são efetivos. O enfoque participativo da Comunicação de Risco pode conduzir a um maior consenso, mas não a uma harmonia absoluta. Por isso, quando os riscos são bem entendidos, previsíveis e mensuráveis, a Comunicação de Risco pode ser mais clara e direta, ocasionando um menor número de conflitos.

Cabe ressaltar ainda que a eficácia da Gestão e da Comunicação de Risco depende cada vez mais da participação inteligente de todos os atores envolvidos no processo. Por este motivo, torna-se cada vez mais indispensável promover a troca de informações e o fácil acesso aos meios de comunicação, haja vista que sem informação não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças, nem tampouco avaliá-las. Ou, parafraseando Jonas (2009), enquanto o risco for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e porque devemos fazê-lo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, S.; SANTOS JUNIOR, E. **Territórios de proximidade na cobertura jornalística da transposição do rio São Francisco**. Trabalho apresentado no Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental. São Cristóvão/SE, 2011. Disponível em: [https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0BzW6LK0JNLVsODBIZmYxZjEtOTVjMi00NTViLWE5ZmUtNDg0ODAwOD-VmYmM1&hl=pt\\_BR](https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0BzW6LK0JNLVsODBIZmYxZjEtOTVjMi00NTViLWE5ZmUtNDg0ODAwOD-VmYmM1&hl=pt_BR). Acesso em: 06 julho 2011.

AGUIAR, S.; SANTOS JUNIOR, E. **A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste: o caso do Jornal do Comercio**. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org>.

br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>. Acesso em: 06 julho 2011.

AVEN, T.; RENN, O. **Risk management and governance: concepts, guidelines and applications**. Berlin: Springer, 2010.

BECKER, M.A. **Opinião pública e comunicação de riscos socioambientais da transposição do rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil, 2016.

BECKER, M.A; AGUIAR, S. Comunicação de riscos e mediação de conflitos socioambientais no Baixo São Francisco. In: SARTORI, M.A; PINATO, T.B. (Orgs.) **Desenvolvimento sustentável e (r) evolução tecnológica ambiental**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2018.

BECKER, M.A.; BECKER, E. Ética socioambiental e participação social no Baixo São Francisco em Sergipe. In: BECKER, E; BECKER, M.A; MATOS, S.M.S (Orgs.) **Técnica, natureza e ética socioambiental**. São Paulo: República do Livro e Discurso Editorial, 2019.

BECKER, M.A; SANTOS, A.C. Comunicação de risco e os discursos da imprensa sergipana na transposição do rio São Francisco. In: **Revista Ambiente e Sociedade** São Paulo, v. XVII, n. 4, p. 55-76, out.-dez. 2014

BESSETTE, G. **Communication et participation communautaire : guide pratique de communication participative pour le développement**. - Québec-Ottawa/Canada : Les Presses de l'Université Laval et le Centre de recherche pour le développement international, 2004.

CORRIVEAU, R. **Communication et prise en charge des risques**. l'Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), 2014. Disponível em: [https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw030?owa\\_no\\_site=2930](https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw030?owa_no_site=2930) Acesso em 15 jul 2015

CORRIVEAU, R. **Le plan de communication: une approche pour agir en société**. Québec/Canada : Presses de l'Université du Québec, 2009.

CORRIVEAU, R; SIROIS, G. **L'information: la nécessaire perspective citoyenne**. Québec/Canada : Presses de l'Université du Québec, 2012.

COVELLO, V.T; McCALLUM, D.B; PAVLOVA, M.T. **Effective risk communication: the role and responsibility of government and nongovernment organizations**. – New York/EUA: Plenum Press, 1989 (Contemporary Issues in Risk Analysis – Volume 4).

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e cultura : um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FISCHHOFF, B. **Risk Perception and Communication Unplugged: Twenty Years of Process**. In: *Risk Analysis*, Vol. 15, No. 2, 1995, pp 137-145.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Risk management – principles and guidelines on implementation (ISO 31000)**. Genebra/SWZ, 2008. Disponível em [www.iso.org](http://www.iso.org) Acesso em 10 set 2011

JONAS, Hans. **O Princípio responsabilidade**. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

KASPERSON, R.E; KASPERSON, J. The social amplification and attenuation of risk. In: **The Annals of the American Academy**, nº 545, May 1996, pp. 95-105.

LEISS, W. (Org). **Prospects and problems in risk communication**. 2.ed. – Waterloo/Canada: University of Waterloo Press, 1992. (Institute for Risk Research).

LEISS, W. Three phases in the evolution of risk communication practice. IN: **The Annals of the American Academy**, nº 545, May 1996, pp. 85-94.

LUCAS, A.A.T; AGUIAR NETTO, A.O (Orgs.) Águas do São Francisco. **São Cristóvão: Editora UFS, 2011.**

NATIONAL RESEARCH COUNCIL (NCR) **Improving risk communication**. – Washington, D.C/EUA : National Academy Press, 1989.

POWELL, D.A.; LEISS. W. **Mad Cows and mother's Milk: The Perils of Poor Risk Communication**. Montréal: McGill-Queen's University Press, 1997

RENN, O. The Role of Risk Communication and Public Dialogue for Improving Risk Management. In: **Risk, Decision and Policy**, 3(1), 1998, 5-30. DOI: 10.1080/135753098348310

ROCHA, G. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. – 4.ed.- São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004

SANTOS, M. S. T. **Comunicação participativa e ação libertadora**: a influência de Paulo Freire no pensamento comunicacional das décadas de 70 e 80. *Colóquio Internacional Paulo Freire*, v. 3, 2001, p. 257-268.

SANTOS, A.D. (Org). **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. – São Paulo: Petrópolis, 2005

SERGIPE. Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise). **Mapa político de Sergipe**. Aracaju, SE, s/d. Disponível em <http://www.codise.se.gov.br/> Acesso em 20 jul 2011.

SLOVIC, P. Perception of risk. In: **Science**, New Series, v. 236, issue 4799, April 1987, pp. 280-285.

TENDLER, S. **O veneno está na mesa**. (Documentário) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fnyZwl7022I> Acesso em 20 Fev 2018.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Marcelo Pereira da Silva** - Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, desenvolvendo o projeto intitulado: “Ecologia da Comunicação Organizacional – consumidores, instituições e públicos de afinidade nas redes sociais virtuais: interatividade, decepção, convivência e conflitualidade” (2018).

Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo na linha de pesquisa Comunicação Institucional e Mercadológica, defendendo a tese: “A comunicação corporativa e o discurso do consumidor contemporâneo nos sites sociais de reclamação: decepção e coabitação na rede – desafios e oportunidades” (2016).

Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, apresentando a dissertação: “Sentidos de Brasil na imprensa argentina – A teia noticiosa do periódico *Clarín* (2009).

Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (2003).

Atualmente, é docente permanente do Mestrado Interdisciplinar “Cultura e Sociedade”, do Mestrado Profissional de Comunicação e do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís.

É diretor da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, coordenando os Núcleos de Relações Públicas e Cerimonial, Rádio e TV, Web Jornalismo e Produção Visual e Publicidade desde agosto de 2018.

Coordena o Grupo de Pesquisa ECCOM – Ecologia da Comunicação Organizacional na Universidade Federal do Maranhão.

E-mail: marcelosilva\_rp@hotmail.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem 125, 127, 131, 133, 139, 140

Artes 28, 73, 74, 75, 145, 187, 270, 300, 302, 314

### E

Ensino 15, 92, 95, 96, 97, 125, 127, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 142, 148, 149, 151, 153, 163, 166, 235

### I

Interdisciplinaridade 84, 231, 241

### M

Matemática 303

Metodologia 13, 14, 19, 25, 31, 34, 56, 59, 100, 112, 127, 132, 139, 141, 153, 159, 166, 197, 198, 220, 230, 232, 281, 303

### R

Resolução de problemas 127, 278

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-684-3

